

Normas elementares para a redação de trabalhos acadêmicos

LUIS FELIPE MIGUEL·QUINTA-FEIRA, 15 DE FEVEREIRO DE 2018

Disponível em: <https://www.facebook.com/notes/luis-felipe-miguel/normas-elementares-para-a-reda%C3%A7%C3%A3o-de-trabalhos-acad%C3%AAmicos/10211331006651819/>

Há muito tempo, preparei um pequeno texto para ajudar estudantes a redigir para a universidade. Reencontrei-o outro dia, fiz alguns ajustes superficiais e publico aqui, na esperança de que seja útil.

1. Os requisitos essenciais: clareza – rigor – correção gramatical

1.1. A clareza

A clareza é uma das maiores virtudes – se não for a maior – de qualquer texto. Ser claro significa ser capaz de comunicar, da forma mais completa possível, a mensagem que se deseja transmitir. É importante observar que a expressão escrita difere da oral por seu caráter de “mão única”. A leitora ou leitor não dispõe de consulta *online*, não pode interromper a autora ou autor e perguntar “O que você quis dizer aqui?” ou “Não entendi esta passagem, por favor explique-a novamente”. É a própria autora ou autor quem deve fazer este papel: verificar em que momentos seu texto está obscuro ou ambíguo e reescrevê-lo para torná-lo mais preciso e inteligível.

Podemos distinguir dois aspectos da clareza do texto. O primeiro – e menos complicado – é a inteligibilidade da frase. Se as frases estão pouco compreensíveis, então todo o texto estará obscuro. A forma de evitar este problema é, sempre, a releitura cuidadosa, procurando ver o texto com os olhos de quem vai lê-lo pela primeira vez. Algumas dicas, porém, talvez sejam úteis:

- a. Cuidado com a pontuação. Muitas vezes, a frase fica truncada por falta (ou excesso) de vírgulas, travessões, pontos etc. A pontuação deve obedecer ao ritmo natural da correta leitura da frase.
- b. Evite orações invertidas (com o predicado antes do sujeito, estilo *Hino nacional*). Parecem “chiques”, mas são, quase sempre, cafonas. Só as utilize se soarem naturais.

c. Mais cuidado ainda com orações intercaladas. Às vezes, intercalar uma oração em outra é necessário. Em muitas outras vezes, porém, apenas cria dificuldades para quem lê (e para a autora ou autor). Dividir em pedaços menores uma frase comprida é quase sempre uma solução.

A inteligibilidade da frase, como vimos, é o primeiro aspecto da clareza do texto. O outro aspecto é o encadeamento das ideias. Uma reflexão bem feita, sobre qualquer assunto, costuma partir de uma *questão* e de algumas premissas, trabalhar a questão com teorias ou dados empíricos e chegar a conclusões. Se etapas são saltadas no momento da redação, a leitora ou leitor se perde. Fica evidente, portanto, que este tipo de clareza depende muito da clareza nas ideias da própria autora ou próprio autor. Depende também, muitas vezes, da **elaboração prévia de um roteiro (ou esquema)** que indique quais os pontos a serem abordados e em que ordem. A organização de um bom roteiro é meio caminho andado para a redação de um bom texto. O correto encadeamento das ideias depende ainda da correta utilização de advérbios e conjunções que funcionam como “operadores de encadeamento”: assim, portanto, logo, desta forma, destarte, por conseguinte; mas, porém, todavia, contudo, entretanto, no entanto; por outro lado, além disto etc. Saber colocá-los no momento certo é uma forma de garantir que o texto terá uma unidade, em vez de ser um mero amontoado de parágrafos soltos. Mas enfiá-los de qualquer maneira no texto, para criar a (falsa) impressão de um raciocínio encadeado, só piora as coisas.

Uma última observação sobre a clareza: ela está ligada também à **apresentação do texto. Uma letra de tamanho razoável e entrelinhas amplas ajudam a leitora ou leitor.** O tipo de letra também é importante. O *itálico* (que é exatamente esta letra deitadinha) só deve ser usado para destacar palavras ou expressões importantes, nunca no texto todo, uma vez que – conforme comprovaram vários estudos – cansa mais quem lê e diminui o ritmo da leitura. Justamente por isto, aliás, ele serve para destacar partes do texto. Atente também para a fonte das letras. A *serifa* (os tracinhos que estão nas bordas de letras, como a Times New Roman) forma uma espécie de linha

que torna mais confortável a leitura. Por isso, como regra, letras sem serifa (como a Arial ou a Calibri) são mais apropriadas para textos curtos.

1.2. O rigor

Rigor – ou precisão – na utilização das palavras é uma das qualidades fundamentais de um texto universitário. No dia a dia, nós nos comunicamos com um razoável grau de imprecisão. Um exemplo óbvio é a utilização corrente da palavra “peso” para designar aquilo que, a rigor, é a “massa” (as balanças medem a massa, não o peso, que é o produto da massa de um corpo pela aceleração da gravidade). Esta imprecisão conceitual não afeta em nada nossa comunicação diária. Mas é grave num trabalho de física.

O problema é maior nas ciências humanas, em que os conceitos são, muitas vezes, polêmicos. “Peso” e “massa” querem dizer mais ou menos a mesma coisa para qualquer cientista. Mas o conceito de “classe social”, por exemplo, é diferente de acordo com a abordagem. Portanto, **precisar o sentido dos conceitos-chave é uma tarefa importante num texto universitário. E, uma vez estabelecido o sentido, manter a coerência na utilização da expressão.**

É claro que é impossível definir o sentido exato de cada palavra utilizada, o que tornaria inviável qualquer texto. A maior parte dos termos é usada de acordo com seu significado corrente (e mesmo alguma dose de imprecisão). Alguns poucos conceitos, porém, são essenciais para o desenvolvimento da argumentação. Estes devem ser estabelecidos rigorosamente.

Há ainda outro problema ligado à precisão no uso das palavras. Muitas vezes, há a tentação de “enfeitar” o texto usando termos “difíceis”, cujo significado nem sempre está bem claro. Trata-se de uma péssima estratégia: o trabalho não ganha nada em conteúdo, mas muito em ridículo. Portanto, antes de enfiar palavras como “obnóxio”, “deuterose” ou “catacrese”, convém estar familiarizada ou familiarizado com seu significado e a forma de sua utilização.

1.3. A correção gramatical

Correção gramatical é aquilo que normalmente se chama de “escrever (ou falar) certo” – o que, a rigor, está errado. Dizer “a gente somos” é perfeitamente correto do ponto de vista da comunicação; quem escuta entende o que quer dizer quem está falando. A construção “a gente somos”

só está errada do ponto de vista de uma certa regra convencional, a *norma culta* ou *norma padrão* da língua.

Diversas pesquisas já mostraram como a exigência da norma culta serve como uma barreira que reproduz as diferenças sociais, impedindo o acesso de pessoas oriundas dos estratos desprivilegiados a posições de prestígio na sociedade. A instituição escolar, em especial, é um poderoso filtro.

Denunciar e combater este viés é uma tarefa importante; no entanto, é claro que a solução não é a supressão da norma culta (e sim a universalização do acesso a ela).

Em primeiro lugar, o domínio da norma padrão é, de fato, uma exigência socialmente disseminada. Desvios graves em relação a ela causam uma forte impressão negativa, mesmo que injusta, que prejudica a avaliação da capacidade intelectual daquela pessoa. Em segundo lugar, sobretudo na expressão escrita, a norma padrão exerce um salutar efeito uniformizador. Haffinau, ci kada uma o cadda uhn rizolve heiscreever dumjeytto dipheremte, fyka multo + deficio de emtender.

Trocando em miúdos, isto quer dizer que trabalhos acadêmicos devem, necessariamente, obedecer à norma padrão. A melhor forma de garantir este resultado é interiorizá-la, através da leitura constante – mas um bom dicionário e uma boa gramática também ajudam. Cuidado com os corretores ortográficos embutidos nos processadores de texto. Às vezes, eles não são muito confiáveis.

2. Questões de autoria e bibliografia

2.1. Citação e plágio

Nenhum trabalho intelectual nasce do nada. Outras reflexões, outras ideias, outras obras sempre servem de combustível. Indicar estas fontes é um dever básico de honestidade intelectual.

Para cumprir este dever, basta seguir duas regras fundamentais:

a. *Toda cópia de texto alheio deve ser indicada como tal.* É o que chamamos de citação. É claro que a regra deve ser seguida com bom senso. Se você vê a expressão “céu azul” num texto e depois decide descrever a paisagem de um dia claro, não vai precisar indicar a “fonte”. Mas quando se trata de uma frase ou parágrafo inteiro, ou mesmo uma expressão significativa, indicar a

autoria é essencial. E também indicar graficamente que se trata de citação. Quando curtas, elas são postas entre aspas, no meio do texto. Quando longas, costumam ser colocadas em parágrafo a parte, com letra um pouco menor.

A citação deve apresentar identificação completa, isto é, a autora ou autor, o livro e a página de onde foi extraída. Não adianta colocar apenas “segundo Fulana de Tal”, ou mesmo “Karl Marx diz, em *O capital*...” Bem, *O capital* tem umas três mil páginas. E a leitora ou leitor deve poder encontrar com facilidade o local da citação, para certificar-se da sua correção, observar o contexto original em que ela está inserida ou mesmo buscar mais informações sobre aquele assunto.

Quando a citação é feita a partir de outra citação (ou seja, eu não tive acesso original), isto deve estar indicado com clareza, com o termo latino *apud*, que significa “citado(a) por”. Assim, “Rawls *apud* Mouffe” significa que eu li um texto de Chantal Mouffe que citava John Rawls e meu conhecimento daquele trecho de Rawls não vem do original, mas deste texto que li. É do texto que efetivamente consultei que devo inserir as referências bibliográficas.

Há exceções à regra de completa identificação da fonte. É o caso das frases célebres, que todos já ouvimos em algum lugar: “Ser ou não ser, eis a questão”. “Que seja eterno enquanto dure”. “Botar o Michel, num grande acordo nacional, com o Supremo, com tudo”.

Qualquer alteração numa citação deve estar indicada. Trechos suprimidos precisam ser assinalados; por exemplo, com três pontos dentro de colchetes: “Quem não gosta de samba [...] é ruim da cabeça ou doente do pé”. Às vezes, é necessário acrescentar palavras, seja para adequar a citação à construção da frase, seja para dar informações extras; em geral, os acréscimos são colocados entre colchetes: “Todos julgavam que ele [Bach] fora um grande compositor”. Quando a citação contém um erro, é possível indicá-lo através da palavra latina *sic*, que quer dizer “assim”, mais uma vez entre colchetes: “Em 1962, ela viu o anúncio de uma luta de Muhammad Ali [*sic*]” (mas Cassius Clay só assumiu o nome de Muhammad Ali em 1964).

b. *Toda ideia alheia deve ser indicada como tal.* O plágio não é apenas cópia de textos. É também cópia de ideias. Toda informação extraída de outras autoras ou autores deve indicar a fonte. Muitas vezes, não é necessário

copiar um trecho: é melhor condensá-lo, ou extrair apenas um aspecto, uma ideia central ou secundária; ou, então, é possível oferecer uma redação melhor. Ainda assim, a autoria deve ser creditada.

As regras são as mesmas que para citações: autor, obra, página. Às vezes, o livro todo é dedicado ao assunto; neste caso, não se indica página. Outras vezes, o assunto é recorrente na obra; então, em vez de indicar todas as páginas em que ele aparece, usa-se a palavra latina *passim*, que significa “aqui e ali”.

Esta regra possui uma dose de subjetividade. Se eu escrevo “Deodoro da Fonseca proclamou a República em 1889”, seguramente obtive esta informação de alguma fonte, uma vez que não testemunhei o fato. Mas se trata de um dado tão corrente que é desnecessário procurar algum manual escolar para aboná-lo. Para uma pessoa estrangeira, porém, talvez a informação não seja tão banal. Aí está a dificuldade: a banalidade de uma informação é diretamente proporcional à nossa familiaridade com o assunto. O importante é usar o bom senso e a honestidade.

Uma última palavra, sobre a *paráfrase*. Às vezes, para não usar citações em excesso, somos tentados a fazer ligeiras modificações no texto. Esta cópia com alterações superficiais (frases invertidas, sinônimos etc.), mas que segue passo a passo o original, é a paráfrase. Quando ela é feita sem indicação da fonte, é uma forma de desonestidade intelectual. Quando a fonte é apresentada, é apenas um feio erro de estilo.

2.2. Indicações bibliográficas

No que se refere às referências bibliográficas, muita gente julga que é indispensável seguir as regras da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Na verdade, a ABNT muda suas regras de vez em quando, por razões inexplicadas, e nem sempre seu modelo é o mais racional. Nem sempre vale a pena tentar obedecê-las. O fundamental é que a obra consultada seja perfeitamente identificável – a leitora ou leitor deve ser capaz de localizar a fonte referida – e que haja uniformidade nas indicações, ou seja, os mesmos critérios devem ser aplicados em todos os casos.

É possível decompor a referência bibliográfica em diversos elementos. Para livros: (1) nome da autora ou do autor, (2) título e subtítulo da obra; (3)

tradução; (4) edição; (5) cidade de publicação; (6) editora; (7) ano de publicação. Nem todos são obrigatórios. A indicação da tradutora ou tradutor, por exemplo, é opcional. É sinal de respeito a um trabalho especializado, muito complexo e menos valorizado do que devia, mas – por outro lado – tende a estender muito a bibliografia. É conveniente apontar a tradução sobretudo em textos clássicos, que costumam ter mais de uma versão para outros idiomas.

Já a indicação da edição não é feita quando se trata de primeira edição e é recomendável, mas não obrigatória, para as reedições. No caso de livros brasileiros é mais complicado, já que aqui muitas editoras costumam chamar de reedição (que significa um novo arranjo do material editorial, uma nova matriz de impressão) o que não é mais do que uma reimpressão. O jeito é seguir o que está indicado no livro.

A cidade em que o livro foi publicado é de indicação obrigatória, embora, com a mudança nos processos produtivos do livro e a internacionalização das editoras, tenha se tornado um item bem mais complicado do que costumava ser. Deve vir *antes* do nome da editora. Se não aparece no livro, coloque “Sem indicação de local” ou “S.l.” (sem local). No caso de livros estrangeiros, é aceitável tanto a indicação da cidade no idioma original quanto em português (Madrid ou Madri, London ou Londres); o importante é que haja uma *padronização*.

Outra forma comum de formatação da bibliografia é a chamada “autor-data”, em que o ano da publicação é colocado logo após o nome do autor ou autora. Nesse caso, quando o livro é citado no texto, em vez de uma nota de rodapé com a referência, coloca-se logo após a citação, entre parênteses, o sobrenome da autora ou autor, o ano de publicação e, se for o caso, a indicação da página. É bom indicar entre colchetes a data da publicação original (a primeira edição na língua original do texto), o que agrega mais informação sobre a obra e permite que quem lê situe o texto referido numa linha do tempo: (Gorz, 1987 [1980], p. 52). Caso haja mais de um texto do mesmo autora ou autor e do mesmo ano, eles são indicados por letras: 2005a, 2005b, 2005c.

Há um problema adicional, motivado pelo fato de que, cada vez mais, as fontes de pesquisa não se limitam a livros. Como fazer para dar as referências de discos, vídeos, CD-ROM's, páginas da internet etc.? Na ausência de uma normatização consagrada, vale o bom senso: fornecer os elementos necessários para uma rápida e correta localização da fonte[1].

Uma última palavra sobre a famosa página final, com a “bibliografia”. Embora muitas vezes seja vista como um dogma, esta bibliografia é, via de regra, desnecessária. Quando se trata de um trabalho curto, com poucas fontes utilizadas, todas as referências podem ser dadas ao longo do texto, em notas de pé de página. Caso haja bibliografia, porém, duas regras não podem ser esquecidas: os livros devem estar rigorosamente dispostos em ordem alfabética, segundo o sobrenome da autora ou autor[2]. E listas bibliográficas *não* são numeradas.

3. Uma questão de gênero

No português, como nas outras línguas, o masculino aparece como universal. Quando falamos “o Homem”, estamos nos referindo a toda a humanidade. Mas quando falamos “a Mulher”, só a metade dela. Com o avanço da consciência sobre as formas de expressão e manutenção das assimetrias de gênero, estão ocorrendo tentativas de alterar isso. É mais difícil no português, que impõe marcas de gênero em quase todos os substantivos e adjetivos, do que em línguas como o inglês. Neste texto, optei por colocar tanto feminino quanto masculino em todas as ocasiões em que me referia a algum ser humano indeterminado.

O ônus é tornar o texto mais feio e pesado. A vantagem é estar permanentemente lembrando às leitoras e leitores que a linguagem também é veículo de estereótipos e preconceitos. Não estou, com isso, dizendo que o uso do universal convencional (que é o masculino) deva necessariamente ser banido, mas que devemos prestar atenção naquilo que estamos transmitindo, com nossas escolhas linguísticas, mesmo que, a princípio, não estejamos inteiramente cômicos (ou cômicas) delas. Quem quiser pode buscar dicas para incrementar a neutralidade de gênero do texto aqui:

<https://medium.com/coragem/adoptando...>

4. Estilo

Correção e clareza são a base. Mas um texto pode ter muito mais: pode ser envolvente, bem escrito, atraente, charmoso etc. Isto só se aprende com a prática. Duas práticas, aliás: a prática da redação e a prática da leitura. Valem tanta a leitura de boa literatura quanto de bons textos de ciências humanas. No caso dos últimos, é bom aproveitar e observar como ocorrem as citações, as referências etc.

É possível que, dentre estas boas autoras e estes bons autores, muitos façam tudo ao contrário do que foi dito até agora. E ainda assim (ou por isto mesmo) sejam tão interessantes. Mas o fazem não por ignorância. Para subverter as regras é necessário, antes, dominá-las. Antes de pintar as *Demoiselles d'Avignon*, Picasso aprendeu perspectiva, cor, luz e sombra, tudo dentro do mais estrito academicismo. Da mesma forma, as normas aqui sugeridas não devem ser uma camisa de força, mas uma base para abordagens mais ousadas e mais criativas da redação de textos acadêmicos.

NOTAS

[1] Embora *bibliografia* signifique “repertório de textos impressos”, é aceitável incluir outras fontes – e continuar chamando de bibliografia. Há, aqui, um caso de catacrese, ou seja, a utilização de um termo inexato por falta da palavra 100% correta.

[2] Convém não esquecer que, para autoras e autores hispânicos, a convenção é ordenar pelo penúltimo sobrenome, não o último. Assim, nas bibliografias deve constar “García Márquez, Gabriel”, “Vargas Llosa, Mario” etc.